



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO I-A – do PO 072/2022 – ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

OBJETO: Contratação de serviços terceirizados de serviços odontológicos para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, compreendendo o fornecimento de mão de obra, equipamentos de proteção individual e uniformes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos documentos que instruem a presente contratação.

1. Necessidade do demandante

O Contrato 21-2016 com a empresa Congonhas Air Smile Odontologia Ltda. - EPP foi rescindido por força do despacho DES ADG 1550-2020, o qual determinou a prestação de serviços até o dia 30 de novembro de 2020. O objetivo da rescisão consistiu na redução dos gastos discricionários. Considerou-se, de outro lado, que a ausência de trabalho presencial decorrente das medidas de prevenção à infecção causada pelo Vírus Covid-19 impedia o atendimento odontológico a servidores.

O despacho DES ADG 1898/2022 determinou a rescisão unilateral do Contrato 21-2016, com efeitos a partir da notificação da empresa sobre a decisão. A empresa contratada foi notificada em 06 de novembro de 2020 (EML ADG 119-2020), publicando-se o extrato da rescisão contratual no DOU de 10-11-2020, Seção 3: “*Objeto: Rescisão unilateral, a partir de 6/11/2020, do contrato nº 21/2016 de prestação de serviços terceirizados profissionais da área odontológica*” (PUB SLC 064/2020).

Haja vista o retorno das atividades presenciais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região a partir de 21 de fevereiro de 2022, a Seção Médico-Odontológica propôs a retomada das atividades clínicas da área odontológica suspensas em razão da pandemia de Covid 19. A Seção Médico-Odontológica informou que os medicamentos e materiais odontológicos necessários para o retorno das atividades já estão sendo providenciados, restando apenas pendente a recontração de Auxiliar em Saúde Bucal para apoio à profissional odontóloga. A fim de fundamentar a necessidade de contratação de Auxiliar de Saúde Bucal, a profissional odontóloga apresentou estudo demonstrando as vantagens para os envolvidos nos atendimentos clínicos (paciente e profissional), decorrente da presença do Auxiliar em Saúde Bucal, o qual tem uma ampla gama de atribuições, de natureza técnica e administrativa (PRP 060/2022).

Por meio do DES COGESPE 470/2022, assim, a Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas submeteu à deliberação desta Diretoria-Geral “a contratação de auxiliar de saúde bucal pela área de Gestão de Terceiros”. Referido pedido restou deferido no despacho DES ADG 622-2022, que determinou o encaminhamento à Secretaria de Licitações e Contratos para as providências quanto à contratação de 1 (um) posto de Auxiliar em Saúde Bucal.

A execução de serviços de Auxiliar em Saúde Bucal faz-se necessária para garantir uma melhor qualidade nos atendimentos odontológicos prestados pelo Tribunal, especialmente no que diz respeito à prevenção contra contaminação de pacientes e do profissional cirurgião-dentista, além de possibilitar maior quantidade de atendimentos odontológicos (conforme o documento ANX 054/2022, anexo ao DES COGESPE 470/2022). Acrescenta-se que não existe no quadro de pessoal do Tribunal cargo especializado com as atribuições de Auxiliar em Saúde Bucal, profissão regulamentada pela Lei 11.889, de 24 de dezembro de 2008.

Por isso, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para o fim de atendimento às necessidades específicas da Seção Médico-Odontológica do Tribunal, na prestação de serviços odontológicos.

2. Descrição dos requisitos da contratação

- Os requisitos necessários ao atendimento da necessidade estão no Termo de Referência, em anexo.
- De acordo com a Instrução Normativa nº. 05/2017, classificam-se como continuados os serviços cuja necessidade de contratação deva se estender por mais de um exercício financeiro e continuamente, na forma do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, portanto, os serviços odontológicos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

de Auxiliar em Saúde Bucal, objeto da presente contratação, preenchem os requisitos estabelecidos para serem tipificados como contínuos.

- A Contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em particular:

I - não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n. 04/2016;

II - não ter sido condenada (a contratada ou seus dirigentes) por infração às leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

a) Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;

b) Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;

c) No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);

d) Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;

e) No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);

f) Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;

g) No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

- O prazo de vigência do Contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da lei 8.666/1993.

- Não haverá necessidade de transferência de conhecimento.

3. Levantamento de mercado, com prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções

Com a publicação da Emenda Constitucional 95/2016, a nomeação de servidores tornou-se mais difícil, uma vez que nos termos do artigo 109, IV e V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, está vedada a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, bem como a realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias. Assim, direcionar servidor para a execução de serviços de Auxiliar em Saúde Bucal impediria a nomeação de outro servidor que poderia atuar diretamente na área judiciária (área fim).

Tampouco seria economicamente viável que o serviço fosse prestado por servidor, posto que o técnico judiciário que ingressa hoje possui remuneração no valor de R\$ 8.501,45, sendo R\$ 3.163,07 relativo ao vencimento e R\$ 4.428,30 de GAJ além do auxílio-alimentação de R\$ 910,08. Isso sem considerar o cômputo do auxílio-saúde que pode ser de até R\$ 1.027,35 e de vantagens pessoais, tais como, Adicional de Qualificação, bem como há também a despesa de natureza previdenciária a ser desembolsada pelo Tribunal, além da necessidade de substituições para o gozo de férias ou outras ausências legais.

Em relação às soluções disponíveis para a operacionalização de serviços de Auxiliar em Saúde Bucal, uma contratação por demanda não seria a mais adequada porque os serviços odontológicos não são sazonais, ao contrário, as necessidades da Corte nessa área são permanentes.

Por isso, justifica-se a contratação de empresa especializada na prestação de serviços odontológicos de Auxiliar em Saúde Bucal, uma vez que economicamente continua sendo mais vantajoso do que a prestação de serviços por servidor do quadro do Tribunal. Além disso, o próprio Decreto 9.507/2018 e Portaria nº 443/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão permitem a terceirização de tais serviços.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Em suma, entende-se viável a prestação de serviços odontológicos de Auxiliar em Saúde Bucal, por meio de terceirização, via posto de trabalho com dedicação exclusiva.

Finalmente, cabe ressaltar que outros órgãos da Administração Pública adotam soluções semelhantes que o TRT 9 pretende contratar, como, por exemplo, Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e Universidade Federal Fluminense.

4. Descrição da solução escolhida e justificativa técnico-econômica

Contratação de serviços terceirizados de serviços odontológicos de Auxiliar em Saúde Bucal para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, compreendendo o fornecimento de mão de obra, equipamentos de proteção individual e uniformes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos documentos que instruem a presente contratação.

Saliente-se que a Instrução Normativa 5/2017 do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão dispõe em seu artigo 8º que poderá ser admitida a contratação de serviço de apoio administrativo e o seu artigo 9º, inciso IV, dispõe que as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade não serão objeto de execução indireta da Administração Pública.

Uma vez que não há no quadro de pessoal do Tribunal cargo especializado com as atribuições requeridas, a terceirização é indicada para a execução de serviços odontológicos de Auxiliar em Saúde Bucal. Além disso, a contratação exige conhecimentos técnicos odontológicos especializados, tratando-se de profissão regulamentada pela Lei 11.889-2008, art. 9º.

Considere-se, ainda, que serviços de Auxiliar em Saúde Bucal com mão de obra residente estão inseridos na gestão dos recursos humanos colocados à disposição do Tribunal, na medida em que os trabalhadores terceirizados são a força de trabalho auxiliar do Poder Judiciário e também estão enquadrados nos recursos orçamentários, uma vez que tal dispêndio deixa de impactar no orçamento de despesa com pessoal, conforme a atual política de reforma fiscal e orçamentária adotada no País, nos termos da Emenda Constitucional 95/16.

No mais, direcionar um servidor para o serviço em questão não seria econômico na medida em que o custo médio de um posto de Auxiliar em Saúde Bucal de 40 (quarenta) horas é, conforme pesquisa de mercado, de R\$ 4.479,87. Caso o serviço fosse prestado por um técnico judiciário que entrasse hoje a remuneração seria no valor de R\$ 8.501,45, sendo R\$ 3.163,07 relativo ao vencimento e R\$ 4.428,30 de GAJ além do auxílio-alimentação de R\$ 910,08. Isso sem considerar o cômputo do auxílio-saúde que pode ser de até R\$ 1.027,35 e de vantagens pessoais, tais como, Adicional de Qualificação, bem como há também a despesa de natureza previdenciária a ser desembolsada pelo Tribunal, além da necessidade de substituições para o gozo de férias ou outras ausências legais.

Em suma, entende-se viável a prestação de serviços odontológicos de Auxiliar em Saúde Bucal para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por meio de terceirização com dedicação exclusiva, e justifica-se a contratação de empresa especializada na prestação de tais serviços.

5. Estimativa das quantidades a serem contratadas

ITEM	UNIDADE	POSTO	VALOR MEN- SAL POR POSTO	NÚMERO DE POSTOS	VALOR MENSAL TOTAL
1	Curitiba	Auxiliar de Saúde Bucal - 40h semanais (8h diárias)	R\$5.301,50	1	R\$5.301,50
Mão-de-obra total				1	R\$5.301,50



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL TOTAL
Mão-de-obra	R\$5.301,50
Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)	R\$123,03
Total mensal máximo	R\$5.424,53
6. Estimativa do valor da contratação	
<p>Em relação às planilhas de custo, utilizou-se o modelo recomendado na Instrução Normativa nº 5/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e, em relação aos salários e os insumos, observou-se para o posto de Auxiliar em Saúde Bucal o estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2023, do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Curitiba e Região - SINDESC (PR001392/2022).</p> <p>Em relação aos Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários:</p> <p>Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições: INSS: 20%, nos termos da Lei 8.212/91, artigo 22, I Salário Educação: 2,5% nos termos do Decreto 87.403/82, artigo 3º, I Seguro de Acidente de Trabalho: 6%, conforme a Lei 8.212/91, art. 22, II "b" e "c" (percentual máximo do FAP de 2% indicado pela previdência social, multiplicado pelo percentual de 3% de RAT) SESC/SESI: 1,50% - Lei 8.036/90 artigo 30 SENAI/SENAC: 1,00% - Decreto-lei 2.318/86 SEBRAE: 0,60% - Lei 8.029/90 INCRA: 0,20% - Decreto/lei 1.146/70 art. 1º, I FGTS: 8% - Lei 8.036/90, art. 15, e art. 7º, III da CF.</p> <p>A Resolução 169/13 do Conselho Nacional de Justiça dispõe acerca da necessidade de provisionamento das verbas a título de 13º salário, férias, terço constitucional de férias, e multa do FGTS, as quais também foram considerados na planilha de custos.</p> <p>Insumos: Para a obtenção dos valores de insumos: uniformes e equipamento de proteção individual, efetuou-se pesquisa de mercado no Banco de Preços, nos termos da Instrução Normativa 73/2020, e em sítios eletrônicos. Utilizou-se como critério para a obtenção do valor a média dos itens pesquisados sendo desconsiderados valores subavaliados ou superavaliados.</p>	
7. Parcelamento ou não da solução	
<p>Conforme disposto no artigo 24, § 1º, VIII, da IN 5/2017, os Estudos Preliminares devem trazer as <i>"justificativas para o parcelamento ou não da solução quando necessária para individualização do objeto"</i>.</p> <p>Considerando que o presente caso concreto visa à contratação de apenas um tipo de posto, em apenas uma localidade, Curitiba, para a realização de serviço não divisível (Auxiliar em Saúde Bucal), é inaplicável o parcelamento.</p>	
8. Contratações correlatas ou interdependentes	
Não existem contratações correlatas ou interdependentes com o objeto da presente contratação;	
9. Conexão entre a contratação e o planejamento estratégico do TRT 9ª Região	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Consta no Plano Estratégico do Tribunal de 2021-2026:

“PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO”

OBJETIVO ESTRATÉGICO: APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA COM A OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS PLANEJADOS

“Assegurar a eficiência da gestão de custos vinculada à estratégia, por meio do funcionamento aperfeiçoado de mecanismos de administração orçamentária e financeira, com dados íntegros sobre o planejamento e a qualidade da execução do orçamento”.

A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações 2022 – SLC – Secretaria de Licitações e Contratos, no processo Votor 266782, ID 8349935, item SIGEO 151102022000825.

Finalmente, frise-se que não há política pública a ser atendida com a presente contratação.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

Em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, tem-se que direcionar um servidor para o serviço em questão não seria econômico na medida em que o custo médio de um posto de Auxiliar em Saúde Bucal é de R\$ 4.479,87, ao passo que a remuneração do cargo efetivo dos servidores que exercem o cargo de técnico judiciário com especialidade de apoio em serviços diversos e que hoje exercem outras funções representa uma despesa mensal de no mínimo R\$ 8.501,45. O vencimento básico deste cargo é de R\$ 3.163,07, o que somado à gratificação de atividade judiciária (GAJ) no valor de R\$ 4.428,30 e ao auxílio alimentação de R\$ 910,08 totaliza a remuneração acima citada de R\$ 8.501,45. Isso sem considerar o cômputo do auxílio-saúde que pode ser de até R\$ 1.027,35 e de vantagens pessoais, tais como, Adicional de Qualificação, bem como há também a despesa de natureza previdenciária a ser desembolsada pelo Tribunal, além da necessidade de substituições para o gozo de férias ou outras ausências legais.

Dado o exposto, conclui-se que a presente contratação se destina a garantir a melhora da prestação jurisdicional à sociedade por meio de solução (terceirização ao invés da execução dos serviços por servidor público) mais eficiente e eficaz disponível.

11. Providências para adequação do ambiente do órgão

Não serão necessárias adequações nas Unidades do Tribunal que irão receber o Auxiliar em Saúde Bucal, tampouco será necessária capacitação dos servidores responsáveis pela contratação e fiscalização do contrato, uma vez que este Tribunal já possuía contrato semelhante, CT 21-2016.

12. Possíveis impactos ambientais

Não há a previsão de impactos ambientais decorrentes da presente contratação.

13. Viabilidade ou não da contratação

Após este estudo preliminar, verificamos que o serviço objeto desta contratação é fundamental para a garantia do atendimento odontológico a servidores e magistrados. Com esta contratação, será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração, isto posto constatamos, portanto, que é uma contratação viável. Será consignado a existência de orçamento disponível para a contratação.

Anexos

- CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) do posto de Auxiliar em Saúde Bucal;
- Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2023, do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Curitiba e Região - SINDESC (PR001392/2022);
- Mapa de Riscos;
- Planilha da estimativa da despesa;
- Planilha modelo de custos, uniforme, equipamentos;
- Pesquisa de Preços;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

	- Tabela comparativa de preços.
--	---------------------------------

Equipe de Planejamento da contratação:

MÁRCIO DOS SANTOS HIDALGO

FERNANDA DE ALMEIDA SANTANA

ADRIANO FERREIRA RAMOS
